

Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005

Aspectos da cultura política das esquerdas juizforanas: a perspectiva da mineiridade*

Alexandre Peixoto Heleno
Mestrando em História – UFJF

Atualmente, falar sobre a questão da identidade regional parece estar na contramão do mundo globalizado. A chamada “crise de identidade” estaria provocando o surgimento de novas identidades globalizantes e ligadas ao mercado de consumo em massa, e, por outro lado, vem fragmentando o “indivíduo moderno” que antes era visto como sujeito unificado. Agora, ele apresenta-se não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas uma espécie de identidade móvel, “celebrada” em partes, “*formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpretados nos sistemas culturais que nos rodeiam*” (Hall, *apud* Hall, 2002).

1. O processo de transformações que comumente denominamos de globalização, estaria eliminando as velhas identidades, substituindo-as por uma nova identidade, vista no plural, cuja característica principal seria a “transcendentalidade”. Este deslocamento ou descentração do sujeito, traz uma identidade que não é mais estável, ao contrário, por ser móvel, algumas vezes mostra-se contraditória e não resolvida, tornando-se o seu estudo mais provisório, variável e problemático.

“Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte, é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora ‘narrativa do eu’. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.”¹

Deste modo, a questão passa a ser como este “sujeito fragmentado” é colocado em termos de suas identidades culturais. Aqui, podemos seguir o mesmo caminho de Stuart Hall, preocupado com a identidade nacional na modernidade tardia, frente o seu deslocamento afetado pelo processo de globalização².

* Este texto é uma versão revisada e ampliada do artigo apresentado à Profª. Dr. Sônia Lino, na disciplina de “História, cultura e poder”, do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em História da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

¹ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13.

² _____. *Op. cit.*

Segundo a análise de S. Hall: “uma nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural”³. Uma cultura nacional, como qualquer representação cultural é “um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”⁴. Além disso, o discurso de identidade nacional pretende construir uma realidade unificada através de uma cultura nacional, sendo sustentado por um tripé, em que o povo desta nação deve manifestar no seu cotidiano as suas práticas e representações culturais: memória do passado, desejo de viver em conjunto e perpetuação da herança cultural. Com isso, a cultura nacional se constitui uma “comunidade imaginada”:

“Não importa quão diferente seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional.”⁵

A cultura nacional enquanto “comunidade imaginada”, deve estar presente em símbolos e valores compartilhados por seu povo, formando assim, uma identidade, que pode ser bem compreendida, pela definição de Cecília Azevedo por:

“Um processo de interdependência entre condições objetivas de vida e experiências subjetivas, o compartilhamento de convenções e valores, de modos de pensar, de sentir e de agir mais ou menos formalizados, que distinguem e produzem a interação de uma comunidade.”⁶

Assim, símbolos nacionais e valores do povo brasileiro, constituem elementos que dão forma e tonalidade a cultura brasileira. Então, a questão passa a ser como definir uma identidade cultural dentro desta gama de manifestações, representações e práticas culturais, em um país de dimensões continentais, um verdadeiro “caldeirão de raças”, da forma que se apresenta o Brasil? Um possível caminho para tentar resolver este problema, é apontado por S. Hall em sua análise sobre as identidades nacionais, na era da globalização, entre duas forças ambivalentes: a tradição e a tradução.

2. Em toda parte, com o fenômeno da globalização, estão surgindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão em “transição”, entre diferentes posições. Por um lado, há a força da “tradição”, que se mostra “em fortes tentativas para se reconstituírem identidades purificadas, tentando-se restaurar a coesão e até mesmo o fechamento, frente ao hibridismo e à diversidade”⁷. Como exemplos, temos o ressurgimento das bandeiras do

³ _____. *Ibidem*, p. 49.

⁴ *Idem, ibidem*, p. 50.

⁵ *Id., Ibidem*, p. 59.

⁶ AZEVEDO, Cecília. *Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão*. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

⁷ HALL, Stuart. *Op. cit.*, p. 92.

nacionalismo na Europa Ocidental e o crescimento do fundamentalismo, sobretudo o islâmico.

Do outro lado, há a “tradução”, em que “descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, composta por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal”⁸, ou que, pelos menos, optaram por viver em outras comunidades. Estas pessoas, pertencentes a culturas híbridas estão sendo “traduzidas”, ou seja, transportadas entre fronteiras, obrigadas a negar qualquer tipo de pureza cultural para conviverem nas novas comunidades. Um exemplo disso, são as migrações em massa pós-coloniais, onde as pessoas devem “aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas”⁹. Este também seria o caso das migrações internas, continentais ou nacionais, em suas formas, seja o êxodo urbano ou a emigração.

Dentro deste fenômeno de “transição”, produzido pela globalização, em que tanto a “tradição” quanto a “tradução”, nos levam a crer que a identidade nacional está fadada a acabar num lugar ou outro: ou retornando a suas raízes ou desaparecendo através da assimilação e da homogeneização. Para S. Hall trata-se de um falso dilema, pois, por dentro das identidades nacionais encontra-se uma outra tensão de forças:

“As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo do poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. Assim, quando vamos discutir se as identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para ‘costurar’ as diferenças numa única identidade.”¹⁰

No caso da identidade cultural brasileira frente à era da globalização, temos que, em relação ao processo de “transição” apontado por S. Hall, a força da “tradição” pode ser tomada como discurso de valorização de elementos tidos como produtos culturais nacionais, quase inquestionáveis, e que são reforçados diante do mundo globalizado, por exemplo, o samba, o carnaval e o futebol, no caso do Brasil, e, que por sua vez, constituiu-se em símbolos nacionais após a década de 30, sendo reforçados pela propaganda nacionalista do Governo Vargas e seguido por outros governos, com maior ou menor intensidades.

O mesmo problema que enfrenta uma análise sobre as identidades nacionais, na era da globalização, também se encontra quando o nosso foco de análise, centra-se no recorte espacial e temporal do discurso regionalista versus a identidade brasileira. Porém, iremos aceitar este desafio, procurando interpretar o discurso da mineiridade dentro do campo político. Abordaremos alguns elementos da cultura mineira que possam servir de referencial para a construção de uma identidade regional fortemente marcada por símbolos

⁸ *Idem, ibidem*, p. 88.

⁹ *Id. Ibidem*, p. 89.

¹⁰ *Id. Ibidem*, p. 65.

e valores políticos. Pretendemos assim, levantar uma alternativa para a compreensão das relações entre identidade nacional, cultura regional e mundo globalizado, buscando reconstruir os meios em que o poder simbólico das imagens que ajudam a moldar o “indivíduo mineiro”, está diretamente ligado a representação política de Minas no cenário nacional, possibilitando descortinar aspectos referentes a cultura política das esquerdas juizforanas.

3. Propomos abordar o discurso da mineiridade, e, para tanto, teremos que delimitar o foco de nossa análise, para que possamos racionalizar o universo deste estudo. Com isto, buscaremos interpretar a mineiridade num espaço específico: o campo político, que pode ser compreendido “*ao mesmo tempo como o campo de forças e como campo das lutas que tem em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura*”¹¹.

Segundo Pierre Bourdieu, a região é o que está em jogo como objeto de lutas entre cientistas das áreas sociais e humanas. É o poder de “di-visão” da sociedade, uma forma de manifestação do poder simbólico, esse “*poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem*”¹².

O discurso regionalista, é um discurso que tenta impor a legitimidade de uma nova definição das fronteiras e “dar a conhecer e fazer reconhecer” a região delimitada e desconhecida, contra uma definição dominante, por tanto, reconhecida e legítima, ou mesmo, sustentar uma posição mais favorável no jogo de forças entre o discurso regionalista dos seus pares¹³. Se considerarmos o campo político vinculado ao todo social e não o colocarmos acima dos outros campos da história, embora se traduza muitas vezes como a expressão das relações econômicas, comportando um forte grau de autonomia em relação às outras esferas da vida humana, que chega às vezes determiná-las, veremos o discurso regionalista com um mecanismo político de dominação simbólica.

Alem disso, o discurso regionalista não se aplica somente entre as demais culturas regionalistas, que estabelecem uma correlação de forças para poderem se sobressair no cenário nacional, e até mesmo reivindicar simbolicamente uma certa hegemonia na identidade cultural brasileira, como no caso do samba e do carnaval da Marques da Sapucaí. Também, dentro da própria região encontramos uma disputa política interna, em que a identidade regional é fabricada através dos embates entre as diversas elites locais, e consequentemente traduzem este poder de “di-visão” do mundo social, obedecendo à lógica do campo de produção ideológico.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 163-64.

¹² _____ . *Op. cit.*, p. 8.

¹³ _____ . *Ibidem*. p. 116.

“As ideologias são sempre duplamente determinadas – elas devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classe que elas exprimem, mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção.”¹⁴

Deste modo, as ideologias não podem ser reduzidas a um mero produto dos interesses das classes que elas servem. Muito menos, devem ser consideradas como pura expressão do intelectual que as reivindica. Mais do que isso, devem devem ser observadas as duas influências anteriores, acrescentando-se à lógica do campo de sua produção. Para P. Bourdieu esta lógica se equivale ao jogo do mercado, obedecendo às regras das lutas regionalistas, que determinam os princípios nos quais as diferentes categorias de agentes, ativamente ou passivamente, envolvidos nas lutas regionais, ou intraregionais, se distribuem entre partidários e adversários do poder local. Temos que, uma análise realista do funcionamento do campo de produção cultural, deve estimular a superação da alternativa entre o niilismo (descença completa em se “jogar a sério” as regras desta disputa – segundo o pensamento do autor) e o moralismo racional (a falsa reivindicação dos intelectuais de se declararem isentos em seus julgamentos), propondo de acordo com a visão de P. Bourdieu, uma verdadeira “realpolitik” da razão:

“Só podemos esperar o progresso da razão, de uma ação política racionalmente orientada a favor da defesa das condições sociais do exercício da razão, livres de qualquer disputa política.”¹⁵

A “realpolitik” da razão, superando o niilismo e o moral racional, tornar-se-ia o instrumento para o progresso da razão, garantindo que todas as pessoas possam exercer livremente a razão. Em outras palavras, quando os dominados nas relações de forças simbólicas que compõem o reconhecimento da identidade dominante, e, portanto, dos critérios de legitimação coletiva, forem capazes de produzir uma espécie de “revolta” contra o “estigma”, a começar pela reivindicação pública do estigma, formando assim, um emblema – segundo o fenômeno da conciliação, a subcultura de Minas, denominada de mineiridade, conteria os princípios do “entendimento nacional, reconhecendo no líder político mineiro as qualidades do bom senso e equilíbrio¹⁶ – e termina na institucionalização do grupo, produzido pelos efeitos econômicos e sociais da estigmatização política. Com isso, o estigma dá à “revolta” regionalista ou nacionalista, não somente as suas determinantes simbólicas, como por exemplo, a “política da conciliação”, mas proporciona os seus valores econômicos e sociais, e também, os princípios de unificação do grupo político no campo gravitacional do líder (Bourdieu, 2001, p. 124-25).

¹⁴ Idem, ibidem, p. 13.

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus, 1997.

¹⁶ ARRUDA, Maria A do Nascimento. **Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999. Introdução.

4. Em vez de considerarmos a manifestação do estigma como “revolta”, e passássemos a enxergá-la como “apropriação” de bens simbólicos, a partir do poder de classificação ou estigmatização social, dentro do princípio de divisão legítima do mundo social, que confere ao poder de dominação a capacidade de estabelecer critérios de hierarquia dos grupos sociais e o limite de suas fronteiras, logo teremos o mesmo mecanismo de relações de forças sendo aplicado ao campo político. Ou seja, quando nos referimos a mineiridade, na verdade estamos tratando de um conceito que é construído por um processo dialético, e, por isto, historicamente determinado. Isto porque, o discurso da mineiridade é duplamente composto: ora determinando pelos compatriotas que estigmatizam o mineiro, ora pelos próprios mineiros que reivindicam suas qualidades em prol de supostas vantagens no jogo do poder simbólico e da auto-afirmação frente às demais culturas regionais.

No bojo do campo político, as disputas regionais se manifestam, principalmente, nos momentos de crise ou de transição política, em que os embates entre diversas forças políticas e sociais ameaçam a ordem interna. Nesta hora, surge a figura do “político mineiro” como o advogado da conciliação e disposto a estabelecer a “paz social”. Graças aos valores de seu estigma, que o considera ser um indivíduo naturalmente voltado para o entendimento nacional e defensor nato da democracia, ele passa a executar um plano estratégico dentro das suas possibilidades de escolhas, que as cartas do jogo do poder lhe apresentam, colocando-se em posição vantajosa na arena política. Reconhecendo nele *“as qualidades essenciais do bom senso, da moderação e equilíbrio, virtudes estas consideradas essenciais à urdidura do acordo”*¹⁷, manifesta-se assim, a personalização do “caráter regional”, que ele, mais do que qualquer outro compatriota, sabe, muito bem, tirar proveito e se autoprojetar no cenário político nacional.

Como demonstração do peso da identidade regional na ação política, iremos relacioná-la ao pensamento de um tradicional político mineiro, abordando alguns aspectos que se referem diretamente ao discurso da mineiridade. Não é nossa pretensão evocar como verdade absoluta mais uma enésima citação do tancredismo, mas utilizá-la para fins de análise do objeto proposto neste estudo: aspectos da cultura política das esquerdas juizforanas, que caminham pelas estreitas relações entre identidade regional e identidade de grupos sociais, uma vez que elas se encontram imbricadas na formação das respectivas culturas políticas.

Por outro lado, considerando a cultura política como uma fração do patrimônio cultural adquirido pelo indivíduo em sua vida e, também, como uma das formas de

¹⁷ ARRUDA, M. A. do N. *Op. cit.*, p. 14.

construção das identidades coletivas¹⁸. Temos que o universo compartilhado pelas esquerdas juizforanas, a saber, entre trabalhistas e comunistas, nos anos imediatamente anteriores ao Golpe de 1964, pode ser percebido através do resgate das memórias de atores singulares deste grupo e pela convivência de várias gerações nos seus locais de representação e prática política.

Para tanto, o conceito de mineiridade torna-se central na análise aqui proposta, conotando um matiz diferenciado nas relações entre as culturas políticas das esquerdas juizforanas, devido ao seu caráter ambivalente entre o discurso tradicional atribuído a mineiridade e suas alternativas regionais, além das características peculiares referentes ao trabalhismo e ao comunismo em seus diversos locais de atuação.

5. Junto ao discurso da elite mineira por sucessivas gerações, desenvolveu-se toda uma representação das particularidades do comportamento dos mineiros, que se faz sentir presente na figura do líder político, ex-governador e Presidente eleito, Tancredo Neves, mesmo tendo-se passado vinte anos¹⁹ e por sua ausência entre nós, não deixa de representar um legado para a memória do Brasil. Encarnando os elementos básicos de uma cultura política mineira, em alguns de seus discursos proferidos nos momentos de incerteza que agitaram a nação brasileira, no final do séc. XX., durante o processo de abertura do regime político ditatorial, encontramos em suas palavras traços característicos da mineiridade.

“União nacional, diálogo, entendimento, conciliação, trégua são nomes de um estado de espírito que está se formando na comunidade nacional.”²⁰

“O Brasil dos nossos dias não admite nem o exclusivismo do governo nem da oposição. Governo e oposição, acima dos seus objetivos políticos, têm deveres inalienáveis com o nosso povo.”²¹

Nestes trechos do discurso de Tancredo Neves, há a clara referência ao ideal da conciliação, como a valorização da ordem, da estabilidade, do bom senso; ao conamar a união, o diálogo e a paz nacional. Também, podemos perceber a prudência nas iniciativas, valorizando o centrismo político que Minas sempre declarou possuir, mostrando-se a aversão aos extremos, ao radicalismo; buscando-se o meio-termo da solução moderada, que anteriormente, em outra situação de impasse político, gerado pela renúncia do ex-Presidente Jânio Quadros e diante da pressão contra a posse do vice-Presidente João

¹⁸ BERNSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-63.

¹⁹ Atualmente, veicula-se uma propaganda na Rede de Televisão Minas/TV Cultura, que relembrar os vinte anos de democracia, referindo-se a vitória de Tancredo Neves para Presidente do Brasil, em 15 de janeiro de 1984.

²⁰ Trecho do discurso de despedida de Tancredo Neves do Senado, em 1983. Fonte de citação: <http://www.bomdiademocracia.com.br>.

²¹ *Idem*.

Goulart, cuja solução encontrada foi a implantação do parlamentarismo no Brasil, em 1961, ele declarou:

“O meu será um governo de centro, com tendências para a esquerda conservadora.”²²

Nomeado “premier”, Tancredo Neves apostava no centrismo como opção conciliadora ao entendimento nacional. Diante de um governo que já se iniciava comprometido com a divisão política e com a perspectiva de reformas de base, que acabou colocando o ex-Presidente João Goulart na berlinda das forças golpistas, encetada pela fragilidade da democracia brasileira do período, mais uma vez um político de Minas era convocado a manter a ordem interna.

Certa vez, referindo-se ao Golpe de 1964, fez a seguinte confissão:

“Ainda que o movimento de 1964 tivesse transformado a nossa pátria em um paraíso, eu não me arrependo de lhe ter feito oposição. Para meu ideário político, o valor absoluto da vida é a liberdade. O paraíso, se estiver cercado, será sempre o inferno.”²³

Depois, no discurso da vitória no Colégio Eleitoral, declarou:

“Se todos quisermos, dizia-nos há quase 200 anos, Tiradentes, aquele herói enlouquecido de esperança, poderemos fazer deste país uma grande nação. Vamos fazê-la.”²⁴

No dois trechos citados, temos um outro elemento da cultura política mineira, que possui raízes históricas ligadas ao ideal da Inconfidência Mineira: a liberdade. Como princípio legitimador de uma cultura rebelde, que prega a liberdade do povo mineiro, encontramos várias vezes, ao longo de nossa história, exemplos de políticos mineiros que apropriaram da imagem libertária de Minas para justificar uma ação “revolucionária”. Daí a citação a Tiradentes e a sua confissão de oposicionista ao regime militar, que evidenciam uma jogada política assentada no oportunismo da situação. Ao evocar um dos estigmas da mineiridade, a defesa intransigente da liberdade, presente no lema da bandeira do estado, Tancredo Neves coloca-se como herdeiro do caráter libertador do povo mineiro, “traduzindo” para si a imagem visionária do mártir da Inconfidência, profetizando que o futuro da nação brasileira depende da liberdade do seu povo; tenta-se assim, apagar qualquer ligação de Minas com o Golpe de 1964²⁵.

²² Após a sua escolha como primeiro-ministro do Governo João Goulart, em 1961. Fonte: *Idem*.

²³ Discurso ao receber o título de Personalidade do Ano, da Associação Brasileira de Propaganda, em março de 1984. Fonte: *Idem*.

²⁴ Pronunciamento perante o Congresso Nacional, logo após sua vitória no Colégio Eleitoral sobre o deputado Paulo Maluf, 15 de janeiro de 1985. Fonte: *Idem*.

²⁵ Sobre a participação da sociedade civil mineira e sua articulação com os militares no Golpe de 1964, em que o grupo conspiratório foi denominado de “novos inconfidentes”, uma reversão do sentido histórico do movimento mineiro de 1789, ver STARLING, Heloisa M. Murgel. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o Golpe de 1964**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

Os discurso de Tancredo Neves, constituem um grande exemplo de como toda a sua fala está permeada por referências da ideologia da mineiridade, não sendo possível separar um elemento do outro, uma vez que juntos formam o espectro político que o líder mineiro sabiamente procurava captar a seu favor. Em suma, podemos expor os seguintes traços: apego à tradição e senso de continuidade, ao defender a República e a democracia brasileira; valorização da ordem e da estabilidade, declarando-se o porta-voz do povo ao receber a incumbência de dirigir a força de todos os brasileiros para transformar a realidade; a política da conciliação, propondo que o entendimento nacional é a chave para a construção do futuro; e, finalmente, a habilidade natural do povo mineiro em ser político, dado o centrismo que Minas, historicamente e geograficamente, sempre ocupou no cenário nacional.

6. Talvez uma frase possa sintetizar um sentimento quase unânime do povo brasileiro e que evidencia a opção pela continuidade, negando-se a ruptura. Algo que singulariza o caráter do povo brasileiro, considerado-o apto a mudança sem comprometer as estruturas e a ordem vigente. Herança da formação do estado nacional, o discurso da “modernização conservadora”, que as elites dominadas pela preocupação com a ordem social, projetam uma visão conservadora da própria sociedade, como instrumento ideológico para alcançar um sistema estável e consolidado, tornou-se um código de unificação das elites, não só de Minas mas de todo o Brasil.

“Podem os brasileiros estar seguros de que faremos, com prudência e moderação, as mudanças que a República requer.”²⁶

Portanto, a identidade nacional, por meio de uma cultura política que valoriza a união, o diálogo, a conciliação e a ordem, faz com que a nação brasileira enquanto “comunidade imaginada”, com suas diferenças, desigualdades sociais e multiculturalismo, compartilhe um senso comum a favor do entendimento nacional, superando os embates entre as culturas regionais.

Neste jogo de poder simbólico, uma identidade se sobressai no campo político, principalmente, nos momentos de crise: a mineiridade. Em suas raízes, a mineiridade carrega as qualidades nas quais um político mineiro, que almeja ter uma liderança que transceda do municipal ao regional e, deste a nível nacional, deve certamente adquirir, seja por tradição ou pela apropriação do “estigma da mineiridade”. Sendo assim, no caso das culturas políticas das esquerdas juizforanas, surge um dilema: como se relaciona este universo político, que traz imbricado, os conflitos e os consensos, sobre culturas políticas

²⁶Idem.

distintas, de trabalhistas e comunistas? E, por outro lado, de que forma estas culturas políticas se apresentam frente ao discurso da mineiridade?

Via de regra, a mineiridade pode-se discernir em três funções ideológicas distintas, que provavelmente devem valer para outros tipos de identidade regional no Brasil: servir como ideologia que organiza a classe dominante; legitimação do domínio das elites frente às próprias elites locais e ao povo mineiro; e, fortalecer os interesses do Estado na arena nacional. Sendo assim, o papel da Minas no Brasil seria “*o de assegurar o equilíbrio e a conciliação dos interesses das diversas regiões*”. Por sua localização central, que determina os princípios do centralismo político, ligando-se ao norte e ao sul do país, conferiria aos mineiros “*sensibilidade para os problemas de todos os estados e lhes permitiria exercer uma ação integradora e estabilizadora*”²⁷.

7. Ao contrário da tese defendida por John Wirth²⁸, na qual Minas exerceria o papel de “*fiel da balança*” no cenário político-econômico nacional, por ter captado uma porção maior dos impostos com a implantação do federalismo e devido a tradicional habilidade dos mineiros de manterem a coesão interna a fim de apresentar uma frente única no Distrito Federal, e de arregimentar as elites unidas em prol do seu governador, além do peso do colégio eleitoral, um dos maiores do país. Sustentamos que, a força da tradição política de Minas no cenário nacional, ao longo da história do Brasil independente, sobretudo na República, tem suas bases no discurso da mineiridade, que se faz sentir na cultura política através dos atributos conferidos ao bom político mineiro, os quais se confundem com a imagem estigmatizada do povo mineiro, e num certo sentido, unifica as diferentes regiões do Estado, minimizando as diferenças sócio-econômicas e culturais.

No caso juizforano, o dilema mostra-se como uma força ambivalente, que parece antagonizar a “mineiridade” e o “carioca do brejo”²⁹. Se, por um lado, Juiz de Fora possui o seu curso vital unido a um fator sócio-político, que lhe permite uma grande projeção devido à estreita ligação, desde o séc. XVIII, com o ciclo metropolitano do Rio de Janeiro³⁰. Do outro, a “Manchester mineira”, não se isenta da força do discurso da mineiridade, uma vez que como pólo industrial e cultural, sobretudo no decorrer do séc. XX, atraiu para o seu seio

²⁷ DULCI, Otávio Soares. *Identidade regional e ideologia: o caso de Minas Gerais*. 46º Congresso Internacional de Americanistas, Amsterdã, 04/08 de julho de 1988.

²⁸ WIRTH, John D. *O fiel da balança. Minas Gerais na Federação Brasileira. 1889-1937*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1982.

²⁹ Termo pejorativo atribuído aos juizforanos, devida às estreitas relações com o Rio de Janeiro. Segundo Maraliz Christo, tal referência seria uma construção estigmatizada feita pelos habitantes de Belo Horizonte. Ver: CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *A “Europa dos pobres”: Juiz de Fora na Belle-Époque mineira*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

³⁰ Ver PAULA, Maria Carlota de S. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora; 1930/1970*. (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte, UFMG, DCP, 1976.; PEDROSA, M.X.V. “Zona silenciosa da historiografia mineira; a Zona da Mata”. In: *Revista do IHGMB*, Belo Horizonte, 9 (2570): 122. out./dez. 1962, *apud* CHRISTO, *op. cit.*, p. 11.

muito das populações que migraram das cidades interioranas de Minas, além de um grande contingente de imigrantes estrangeiros. Por tanto, para nos referirmos aos embates entre o discurso da mineiridade e as particularidades dos juizforanos, temos que delimitar qual o contexto de nossa análise e de que maneira surgem as suas especificidades.

Um caminho possível que nos apresenta, diretamente relacionado à pesquisa que estamos desenvolvendo, está em verificar as possíveis ligações entre a mineiridade e a cultura política das esquerdas juizforanas, dentro do contexto do início dos anos 60, quando a sociedade brasileira vivenciou o maior processo de polarização ideológica de nossa história republicana e que acarretou com o Golpe Civil-Militar de 1964, cujo desfecho, costuma-se atribuir a “quartelada” empreendida pelo General Olímpio Mourão Filho, que partiu com sua tropa, de Juiz de Fora rumo ao Rio de Janeiro, no dia 31 de março de 1964.

Procuraremos assim, através do resgate das memórias de atores singulares deste grupo de políticos, que se situavam entre trabalhistas e comunistas, naqueles anos dramáticos para a sociedade brasileira, traçar as linhas gerais que possam definir as relações entre estas culturas políticas e suas especificidades frente ao discurso da mineiridade.

Dentro deste universo de análise emerge uma figura ímpar da história do movimento operário e do trabalhismo brasileiro, o ex-sindicalista e ex-deputado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Clodesmidt Riani³¹, que naquela época, fora presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) até 1964, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) de 1962-1964, e que por sua ação política e carisma, dera-lhe projeção política que rompeu com as fronteiras de Juiz de Fora e de Minas Gerais, conquistando um lugar privilegiado no cenário político nacional. Em volta de seu espectro político formou-se um movimento que pregava a união de todas as categorias sindicais em Minas, lançando assim, as bases para uma possível união nacional das representações dos trabalhadores, sendo abortado com os acontecimentos de 1964³². A união em volta de Riani dava-se porque a ação política do sindicalista não visava radicalizar o movimento dos trabalhadores, como elemento agitador nem de comunista e muito menos de traidor da classe, e sim, representava uma vertente do trabalhismo marcado por um matiz independente e democrático, que objetivava a união classista³³.

Sendo assim, como que foi possível a arregimentação da força política em torno do campo gravitacional da ação política de Riani? Como que sua atuação traduziu os sentimentos de união e de independência dos trabalhadores, sejam eles, conterrâneos

³¹ Um trabalho inédito sobre a memória de vida do Sr. Clodesmidt Riani, resultou na publicação do livro: PAULA, Hilda Rezende; CAMPOS, Nilo de Araújo (orgs.). **Clodesmidt Riani: trajetória**. Juiz de Fora: FUNALFA; EDUFJF, 2005.

³² LOYOLA, Maria Andréa. **Os sindicatos e o PTB: estudo de um caso em Minas Gerais**. Petrópolis: Vozes, 1980. (Cadernos do CEBRAP, 35).

³³ NEVES, Lucília de Almeida. **CGT no Brasil, 1961-64**. Belo Horizonte: Veja, 1981.

juizforanos, mineiros de outras regiões e cidades e, em fim, compatriotas brasileiros? Por último, o discurso da mineiridade, que sempre valorizou o apego à união, moderação, conciliação e ao ideal libertário, estaria presente na imagem deste político mineiro e de seus pares, mesmo tratando-se de uma cultura política mineira fora do tradicionalismo das elites regionais? Estas indagações tornam-se mais claras com o registro de Lucília Neves:

"Riani integrava-se a uma geração de trabalhistas que pensava grande, que olhava o futuro do Brasil como uma utopia possível, caracterizada por melhor distribuição de renda e por oportunidades mais igualitárias para seus cidadãos. É um operário que, premido pela necessidade de sobrevivência, aprendeu e praticou inúmeros ofícios até chegar ao de trabalhador em eletricidade. Como dizia seu amigo e companheiro de lutas sindicais, Sinval Bambirra, Riani foi um operário do poste, que ousou penetrar em instituições reservadas à atuação das elites".³⁴

8. Concluímos que o estigma da mineiridade apresenta-se na forma de uma força ambivalente que proporciona àquele político que o apropria, condições de se mobilizar tanto horizontalmente quanto verticalmente, seja em relação aos seus conterrâneos, ou frente aos seus pares e adversários compatriotas.

Conquistando a adesão interna no estado e se projetando a nível nacional, o líder mineiro que consegue se "fazer reconhecer e que se reconhece" pelas qualidades atribuídas ao mineiro, que são determinadas pelas impressões que os de fora têm dele, e, por outro lado, do próprio povo mineiro que ajuda a reforçar estes valores, dando a sua contribuição particular ou apropriando aquelas qualidades que o estigma proporciona como vantagens estratégicas frente às outras culturas regionais. Faz com que ele ao apropriar-se de elementos simbólicos da mineiridade, tenha em mãos um forte instrumento de dominação, o qual para o exercer, depende da cumplicidade daqueles que não querem assumir que estão sujeitos, ou por sua vez, daquele que o pratica, mesmo que seja parcialmente consciente. Em outros termos, não é possível que o estigmatizado, o indivíduo ou a coletividade, tenham pleno domínio da fabricação e dos efeitos que a sua imagem, diretamente ou indiretamente, possa passar para aqueles que os recebem, pois, estarão "traduzindo" o estigma de diversas formas, conferindo-lhe o poder de legitimação, tanto a nível estadual, quanto o projetando nacionalmente.

De maneira que toda identidade, seja regional ou nacional, só pode ser percebida nas condições pelas quais ocorrem as suas representações e práticas dentro do campo de sua produção cultural e, conhecendo-se as suas regras e particularidades em cada contexto histórico. Acreditamos, que a identidade cultural, no caso específico da mineiridade, em relação à cultura política das esquerdas juizforanas, que se apresenta, ora como uma via alternativa ao discurso das elites, ora deixando transparecer continuidades com a mineiridade, nos possibilitará captar as nuances e mudanças deste jogo político, cujos

³⁴DELGADO, Lucília Neves de Almeida. "Ensaio introdutório". In: PAULA, Hilda Rezende; Campos, Nilo de Araújo. **Clodesmidt Riani: trajetória**. Juiz de Fora: FUNALFA Edições; EDUFJF, 2005. p. 11.

elementos são muitas vezes, resignificados pelos indivíduos, traduzidos e apropriados de diversas formas, conferindo assim, o caráter dialético de transformações de toda representação cultural e política.